

Lei penal no tempo

Súmula 711, STF

A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

(CESPE / CEBRASPE - 2023 - TJ-ES - Analista Judiciário - Especialidade: Direito)

No caso dos crimes continuados, aplica-se a lei mais severa, ainda que posterior à cessação da continuidade, haja vista se tratar de ficção jurídica.

(Inédita)

No dia 01/02/2024, João guardou em um depósito 500kg de maconha. Ocorre que, no dia 01/05/2024, nova lei foi publicada, com período de *vacatio legis* de 1 ano, recrudesendo a pena do crime de tráfico de drogas. Em 01/03/2025, ao tomar conhecimento da droga guardada por João, a polícia efetuou busca e apreensão no referido depósito e efetuou a prisão do autor. Diante deste cenário, é correto afirmar que a nova lei não será aplicável à conduta praticada por João.

Lei penal no tempo

Lei excepcional ou temporária

Código Penal, **Art. 3º**

A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Lei penal no tempo

Lei excepcional ou temporária

a) Autorrevogáveis

b) Ultrativas

(CESPE / CEBRASPE - 2022 - IBAMA - Analista Ambiental) De acordo com o entendimento doutrinário majoritário a respeito da aplicação da lei temporária, julgue o item a seguir.

Cessada a criminalização do tipo penal no curso da ação penal, o réu será absolvido com fundamento na *abolitio criminis*.

(CESGRANRIO - 2022 - ELETROBRAS-ELETRONUCLEAR – Advogado) R é submetido a processo criminal baseado em lei temporária que criminalizou determinadas condutas. Após o término do prazo da referida lei, o processo continuou a tramitar. De acordo com a aplicação do Código Penal, findo o prazo da lei,

- a) permanece ainda o crime.
- b) considera-se extinto o processo.
- c) devem as penas ser minoradas.
- d) devem ser analisados os seus efeitos.
- e) está caracterizada a abolição do crime.

Lei penal no tempo

Lei penal intermediária

É a lei benéfica que teve vigência após a prática do ato, porém foi revogada antes do julgamento do réu. O STF entende que a lei intermediária pode ser utilizada para beneficiar o réu. (STF, RE 418876, 04/06/2004)

1) (COPS-UEL - 2013 - PC-PR - Delegado de Polícia) Quanto à eficácia temporal da Lei Penal, relacione a coluna da esquerda com a da direita.

- | | |
|----------------------------------|---|
| (I) Novatio legis incriminadora. | (A) Lei supressiva de incriminação. |
| (II) Novatio legis in pejus. | (B) Aplicável às leis temporais e excepcionais. |
| (III) Novatio legis in melius. | (C) Lei nova incrimina fato anteriormente considerado lícito. |
| (IV) Abolitio criminis. | (D) Lei nova modifica o regime anterior, agravando a situação do sujeito. |
| (V) Ultratividade. | (E) Lei nova modifica o regime anterior, beneficiando a situação do |
| sujeito. | |
| a) I-C, II-D, III-A, IV-E, V-B. | |
| b) I-C, II-D, III-E, IV-A, V-B. | |
| c) I-D, II-B, III-A, IV-E, V-C. | |
| d) I-D, II-C, III-B, IV-A, V-E. | |
| e) I-D, II-C, III-E, IV-A, V-B. | |

- 2) (UEG - Delegado de Polícia - PC-GO - 2018) Sobre a lei penal, tem-se o seguinte:
- a) A jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal admite a aplicação combinada das partes benéficas de leis penais distintas (*lex tertia*).
 - b) A ultratividade da lei penal temporária, prevista no artigo 3º do Código Penal, constitui exceção legal à regra do *tempus regit actum*.
 - c) Não se aplica a *lex gravior* ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência
 - d) A retroatividade de lei penal benéfica ao réu é expressamente prevista na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
 - e) Admite-se a aplicação da analogia *in malam partem* no Direito Penal.

- 3) (MPE-RJ - 2022 - MPE-RJ - Promotor de Justiça) No que concerne à Lei Penal no tempo, assinale a alternativa correta.
- a) A retroatividade de lei penal mais benéfica é princípio que não encontra exceção.
 - b) A irretroatividade de lei penal mais gravosa é princípio que encontra exceção.
 - c) A lei excepcional regula fatos que não se sujeitam ao princípio da retroatividade da lei penal posterior mais benéfica.
 - d) O princípio *tempus regit actum* é excepcionado para fatos praticados sob vigência de lei temporária.
 - e) Os efeitos penais da sentença condenatória se mantêm íntegros em face da abolitio criminis.

- 4) (INSTITUTO AOCP - 2023 - MPE-RR - Promotor De Justiça) Em relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.
- a) Na hipótese de crime permanente, aplica-se a pena vigente no momento da privação da liberdade da vítima, ainda que outra pena, mais gravosa, esteja em vigor no momento da libertação da vítima.
 - b) A lei nova que deixa de considerar um fato como crime retroage somente para os casos em que não houver trânsito em julgado.
 - c) A lei penal mais benéfica ao acusado sempre retroage, ainda que o fato seja praticado durante a vigência de lei excepcional.
 - d) É vedada a combinação de leis penais, ainda que a combinação seja mais favorável ao réu.